1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	10
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	14
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	15
1.5 Principais clientes	16
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	17
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	18
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	19
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	20
1.10 Informações de sociedade de economia mista	21
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	22
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	23
1.13 Acordos de acionistas	24
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	25
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	26
1.16 Outras informações relevantes	27
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	28
2.2 Resultados operacional e financeiro	36
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	37
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	45
2.5 Medições não contábeis	46
2.6 Eventos subsequentes as DFs	47
2.7 Destinação de resultados	48
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	50
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	51
2.10 Planos de negócios	52
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	54
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	55
3.2 Acompanhamento das projeções	56

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	57
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	58
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	59
4.4 Processos não sigilosos relevantes	60
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	62
4.6 Processos sigilosos relevantes	63
4.7 Outras contingências relevantes	64
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	65
5.2 Descrição dos controles internos	66
5.3 Programa de integridade	67
5.4 Alterações significativas	68
5.5 Outras informações relevantes	69
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	70
6.3 Distribuição de capital	85
6.4 Participação em sociedades	86
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	87
6.6 Outras informações relevantes	88
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	89
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	95
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	96
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	102
7.4 Composição dos comitês	105
7.5 Relações familiares	106
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	107
7.7 Acordos/seguros de administradores	108
7.8 Outras informações relevantes	109
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	110

8.2 Remuneração total por órgão	113
8.3 Remuneração variável	116
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	117
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	118
8.6 Outorga de opções de compra de ações	119
8.7 Opções em aberto	120
8.8 Opções exercidas e ações entregues	121
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	122
8.10 Outorga de ações	123
8.11 Ações entregues	124
8.12 Precificação das ações/opções	125
8.13 Participações detidas por órgão	126
8.14 Planos de previdência	127
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	128
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	129
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	130
8.18 Remuneração - Outras funções	131
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	132
8.20 Outras informações relevantes	133
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	134
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	137
9.4 Outras informações relevantes	138
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	139
10.1 Descrição dos recursos humanos	141
10.2 Alterações relevantes	142
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	143
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	145
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	146
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	147

11.2 Transações com partes relacionadas	148
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	150
11.3 Outras informações relevantes	151
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	152
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	153
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	154
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	155
12.5 Mercados de negociação no Brasil	156
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	157
12.7 Títulos emitidos no exterior	158
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	159
12.9 Outras informações relevantes	160
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	161
13.1 Declaração do diretor presidente	162
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	163
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	164

1.1 - Histórico do emissor

Data de Constituição do Emissor: 31/10/1997

Forma de Constituição do Emissor: S.A. de capital aberto - subsidiária integral da

Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial

País de Constituição: Brasil

Prazo de Duração: Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM: 23/10/1998

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

A Inepar S.A. Indústria e Construções adquiriu em dezembro de 1996 a Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.. e iniciou o processo de reestruturação da empresa dentro de sua política de estabelecer parcerias estratégicas com grandes empresas nacionais ou estrangeiras para as diversas unidades industriais do Grupo, e juntamente com CSN e o Bradesco, criaram uma nova empresa, denominada Inepar Equipamentos e Montagens Industriais Ltda.

A Inepar Equipamentos, desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., da qual participa em 25,40% no seu capital. O plano de concentrar as atividades na IESA faz parte da reestruturação que a nossa controladora Inepar S.A.Indústria e Construções promoveu em todas asempresas controladas, ligadas à fabricação e fornecimento de bens de capital e serviços para infra-estrutura, pois através da IESA foi possível adequar os objetivos com foco em redução de custos e adequação a realidade de mercado, de forma eficiente e competitiva.

Datas dos principais eventos:

<u>31/10/1997</u> - Criação da empresa denominada INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA com sede na AV. Juscelino K. de Oliveira11.400, CIC - Curitiba - PR, com capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) quotas, tendo por objeto social o seguinte:

- a) elaboração de projetos de engenharia, a fabricação e o fornecimento de equipamentos e sistemas, a execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial;
- b) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração de projetos para os setores referidos na alínea anterior;
- c) importação, exportação, representação e comercialização de peças e acessórios para montagem e fabricação de equipamentos e sistemas industriais; e
- d) participação em empreendimentos econômicos, de qualquer natureza, e no capital de sociedades.

23/12/1997 - Aprovação e transformação da sociedade por quotas de responsabilidade limitada INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA, em INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. O Capital Social da nova companhia passou de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para R\$ 46.362.005,00 (quarenta e seis milhões trezentos e sessenta e dois mil e cinco reais), mediante a emissão de 46.362.005 (seis milhões trezentas e cinqüenta e duas

PÁGINA: 1 de 164

mil e cinco) novas ações ordinárias nominativas. O aumento de capital ora mencionado provém da capitalização de créditos em conta corrente no valor de R\$ 40.000,000,00 (quarenta milhões) e da conferência de bens, direitos e obrigações (acervo líquido) no valor de R\$ 6.352.005,48 (seis milhões trezentos e cinqüenta e

dois mil e cinco reais e quarenta e oito centavos) da então controladora SADE VIGESA INDUSTRIAL E SERVIÇOS S.A..

- O objeto social passou a ser o seguinte:
- a) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista, na:
 - a.1) elaboração de projetos de engenharia;
 - a.2) fabricação e fornecimento de equipamentos e sistemas;
 - a.3) execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuária; metro-ferroviária saneamento básico e ambiental; papel e celulose; telecomunicações;
 - a.4) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior.
- b) importação e comercialização de energia, e
- c) participação em licitações, através de consórcio ou SPC's, na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica e em novos produtos.

16/04/1998 - Alteração da denominação social de INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. para INEPAR-FEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. cujo endereço da sede passa a ser: Rodovia Manoel de Abreu s/nº - Km 4,5 - Zona Rural, na Cidade de Araraquara - SP. O Capital Social da companhia passou de R\$ 46.362.005,48 para R\$ 70.854.403,00 mediante a emissão de 33.168.809 novas ações ordinárias e 15.400.000 ações preferenciais, que perfazem o valor de R\$ 24.492.397,52 (vinte e quatro milhões quatrocentos e noventa e dois mil trezentos e noventa e sete reais e cinqüenta e dois centavos) totalmente subscrito pela acionista FEM PROJETOS, CONSTRUÇÕES E MONTAGENS S.A.. O objeto social da companhia não foi alterado.

<u>**02/06/1998**</u> - Aumento do Capital da Sociedade, passando de R\$ 70.854.403,00 para R\$ 91.254.403,00, mediante a capitalização de R\$ 20.400.000,00 da totalidade do crédito registrado em conta corrente da sociedade, de que é titular o BANCO BRADESCO S.A.. A capitalização de que se trata ensejará a emissão de 13.379.016 ações ordinárias e 7.020.984 ações preferenciais. Conforme ata da 3º AGE foi reduzido o prazo de mandato da diretoria executiva de três para dois anos, de modo a compatibilizá-lo com os membros do conselho de Administração.

19/08/1998 - Em assembléia os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social da sociedade de R\$ 91.254.403,00 para R\$ 125.003.843,00 mediante emissão, para subscrição pública de 33.749.440 novas ações sendo, 29.624.220 ações ordinárias e 4.125.220 ações preferenciais, sem valor nominal ao preço de subscrição R\$ 1,00 por ação. A presente emissão foi registrada na CVM - Comissão de Valores Imobiliários sob o n.º SEP/GER/REM-98/019, em 27/10/98. Integralização:

29.376.090 ações ordinárias e 3.877.090 ações preferenciais integralizadas com 25.499 Debêntures da 4ª emissão da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. e 1.107.740.000 ações ordinárias da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. Sobras

248.130 ações ordinárias e 248.130 ações preferenciais integralizadas pela acionista Inepar S.A. Indústria Construções em 04/02/1999 à vista em moeda corrente nacional.

<u>30/11/1998</u> – Foram recebidas para integralização de capital, ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.. Os montantes de ações recebidos, acrescidos das resultantes da conversão das debêntures, deram a Inepar-Fem a condição de acionista controlador da empresa, com participação de 98,53% de seu capital.

<u>21/12/1999</u> – A diretoria da Inepar-Fem decidiu por aprovar e apresentar ao Conselho de Administração, a proposta de venda do investimento realizado na Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A., tendo em vista as considerações efetuadas acerca das perspectivas da empresa, em função das mudanças ocorridas em seu mercado de atuação.

29/06/2000 – Em 29 de junho de 2000 a Inepar-Fem passou a ser a subsidiária integral da Inepar S.A. Indústrias e Construções, através do processo de incorporação de ações. Assim a Inepar-Fem passou a compor o que chamamos de "Nova Inepar", uma única empresa da Inepar focada no fornecimento de produtos, sistemas, serviços e soluções inteligentes na área de infra-estrutura para os setores de Energia, Telecomunicações, Transporte, Petróleo, Química e Petroquímica,

<u>15/03/2001</u> – Em 15 de março de 2001, através de Contrato de Compra e Venda, a Inepar-Fem alienou a terceiros a totalidade de sua participação na controlada Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.., correspondente a 98,53% do total de ações do capital social dessa sociedade. Esta operação concluiu o cancelamento do projeto que previa a integração das atividades da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. relacionadas com a utilização de aço inoxidável como matéria prima, às atividades da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A..

<u>25/03/2002</u> - Em 25 de março de 2002, através da realização da Assembléia Geral Extraordinária, o acionista controlador deliberou em alterar a denominação social da companhia de **Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A.** para **Inepar Equipamentos e Montagens S.A.**, e também, aumentar o capital da sociedade de R\$ 121.422.963,24 para R\$ 191.422.963,24 mediante capitalização do valor de R\$ 70.000.000,00 contabilizado na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a emissão de 125.558.106 ações ordinárias, calculadas com base no valor patrimonial sob a data- base de 31.12.2001.

<u>30/04/2002</u> – Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2002, o acionista controlador decidiu transferir a sede da sociedade de Araraquara

(SP) para a cidade do Rio de Janeiro (RJ), na forma da proposta apresentada e aprovada por unanimidade em reunião Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções, realizada em 4 de abril de 2002. Portanto a sociedade passou a ter sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na Rua daAlfândega, n.º 12, 4º andar, parte, com entrada suplementar pela Praça Pio X, n.º 17, na Freguesia da Candelária, Centro, CEP 20070-000.

2003 - Dando prosseguimento ao processo de reestruturação do Grupo Inepar, a **Inepar Equipamentos e Montagens S.A.** efetuou capitalização na empresa **IESA** - **Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.** mediante: (i) transferência de Acervo Técnico e de Máquinas e Equipamentos, relacionados à atividade de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos nos segmentos da infra- estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia; mineração e metalúrgica; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário; metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; e (ii) aproveitamento de crédito de conta corrente conseqüente de saldo de mútuo contabilizado em seu nome na data-base de29/08/2003. Em função disso, a IESA esta capacitada para atuar, principalmente, como fornecedora da Petrobrás.

O Acervo Técnico e as Máquinas e Equipamentos foram transferidos a IESA com base em seus valores de mercado, definidos em Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 30 de abril de 2003, e instrumento Particular de Transferência celebrado em 07 de abril de 2003.

A **Inepar S.A. Indústria e Construções**, controladora integral da **Inepar Equipamentos**, ratificou as operações de aumento de capital na IESA e aprovou o Laudo de Avaliação em AGE´s realizadas em 05 de junho de 2003 e 29 de agosto de 2003, respectivamente.

2004/2005 - Em face do estágio da reestruturação financeira e operacional que as empresas das Organizações Inepar vem conduzindo desde o ano de 2000, foi nomeado a IESA — Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., para conduzir as atividades operacionais e mercadológicas a partir do ano de 2004.

2008 - Em 25 de janeiro de 2008, através da Ata da 20ª Assembléia Geral Extraordinária, a empresa transferiu sua sede para a Alameda dos Jurupis nº 455 – 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04088-001 na cidade de São Paulo – SP.

2011 – Em 09 de junho de 2011, através da Ata da 27ª Assembleia Geral Extraordinária, a empresa aprovou o reescalonamento dos débitos decorrentes Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações firmada em 03 de setembro de 1998, registrada sob o nº 4.873, à fl. 01 do Livro nº 03 do Primeiro Registro de Imóveis de Araraquara, Estado de São Paulo, tendo como único titular das 48.571 debêntures o BNDES Participações S.A.

2014 – Em 11 de fevereiro de 2014, através da 29ª Assembleia Geral Extraordinária e fato relevante veiculado na mesma data, a empresa secomprometeu em vender a sua participação de 25,4% no capital da IESA Projetos para à Inepar Telecomunicações S.A., sob condições suspensivas, as quais incluem (a) o consentimento de terceiros e (b) a aprovação dos acionistas da Inepar Telecomunicações, nos termos do artigo 256 da Lei 6.404/76.

2015 – A aprovação do Plano em 13 de maio de 2015, homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, em 25 de maio de 2015, possibilitou a redução do endividamento da empresa através da conversão das dívidas em ações e ou debêntures perpétuas emitidas pela Controladora, e também possibilitou iniciar uma reestruturação de seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, mantendo sua posição de destaque no mercado.

2016 - O ano de 2016 ficou marcado pela continuidade da aplicação do plano de recuperação judicial das empresas do Grupo Inepar, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento das empresas e no caso especifico da Inepar Equipamentos e Montagens reduzimos as obrigações junto ao BNDES em aproximadamente R\$ 500 milhões com a troca das dividas pelas debêntures perpétuas. Outro ponto positivo a destacar foi a consolidação das dividas tributárias no âmbito federal com a adesão ao programa refis, com a utilização dos recursos obtidos através da alienação das participações na AHI - Andritz Hydro Inepar e na TIISA – Triunfo lesa.

2022 – Decisão Judicial em novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;

Após fechamento da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor:

Leilão da UPI's IPM e IOG;

A Empresa ENISA se apresenta ao mercado como empresa de EPC, participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core de Energia e O&G principalmente;

Prospecção de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas; e Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, o Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de restruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em

novembro de 2014.

- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizandoR\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Em 07/11/2022, o Grupo Inepar/lesa, apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Principais Obras Executadas pela empresa e suas coligadas

Geração de Energia

a) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 64,2 MW – 120 RPM – 38,1 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 15,8 MVA – 38 Pólos – 6,9 KV – FP=0,92 – para a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, localizada no Rio Jacuí, Município Agudo – RS.

Cliente: GE HYDRO INEPAR - CONSÓRCIO CONFRAM

b) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 31,2 MW – 360 RPM – 86,8 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 33,8 MVA – 20 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Forca I e mais 02 Turbinas tipo Francis 48,8 MW – 400 RPM – 135,3 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 52,9 MVA – 18 Polos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força II da Usina Hidrelétrica de Itiquira, localizada no Rio Itiquira, Município de Itiquira – MT.

Cliente: GE HYDRO INEPAR - CONSÓRCIO ITICON

- c) Fornecimento de mão de obra para modernização de 04 Geradores 52 MVA 56 MVA 56 Pólos 13,8 KV FP = 0,95 e reforma de componentes de outros 6 geradores e 4 turbinas tipo Francis 53 MW 128,6 RPM 45 metros de queda de água para a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio Grande, Município de Ibiraci MG. Cliente: **GE HYDRO INEPAR FURNAS**
- d) Fabricação de 03 Turbinas Tipo Francis 300 MW 200 RPM 175,6 metros de queda de água e 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 311 MVA – 36 Pólos – 13,8 KV – FP=0,95 para a Usina Hidrelétrica de Campos Novos, localizada no Rio Canoas, Município de Campos Novos – SC. Cliente: GE HYDRO INEPAR E ENERCAN – CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A..
- e) Fornecimento de componentes para 03 Turbinas tipo Francis 42,1 MW 450 RPM 166,2 Metros de queda de água e fornecimento de componentes para 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 46 MVA 16 Pólos 13,8 KV FP=0,90 para Usina Hidrelétrica de Guaporé, localizadano Rio Guaporé, Município de Jaurú MT.

Cliente: GE HYDRO INEPAR E TANGARÁ ENERGIA

EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS

 a) Fornecimento de 11 Grades da Tomada de Água – 1 conjunto de Comporta Ensecadeira da Tomada de Água - 01 conjunto de Comporta Ensecadeira do Tubo de Sucção e 11 Condutos Forçados, destinados para ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tucuruí, Município Tucuruí – PA

Cliente: **ELETRONORTE**

b) Fornecimento de Comporta Vagão da Tomada de Água – Painel de Comando e Painel de Fechamento pra a Usina Hidrelétrica Mascarenhasde Moraes, localizada no Rio Grande, Município Ibiraci – MG.

Cliente: FURNAS

c) Fornecimento de 03 Comportas Vagão – 4 Comportas Ensecadeira – 01 Comporta Descarga e 02 Condutos Forçados para Usina Hidrelétrica de Itiquira.

Cliente: ITISA - ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A.

EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

 a) Fornecimento de 01 Ponte Rolante Capacitada de 2 x 130KN x 6,2 Metro incluído a Montagem no Campo e os Testes de Comissionamento, destinado a UHE – Porto Primavera/SP

Cliente: CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

- b) Fornecimento de 01 Pórtico Rolante 30T x 5M utilizado para manuseio dos painéis da comporta ensecadeira na Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA Cliente: ELETRONORTE
- c) Fornecimento de 01 Monovia equipada com 02 Talhas germinadas com capacidade de 20T cada uma e caminho de rolamento de 180M, destinado a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes/MG
 Cliente: FURNAS
- d) Fornecimento de 01 Ponte Rolante 850Kn x 14,3M 01 Ponte Rolante Monoviga 80 KN x 14,3 M 01 Monovia com Talha Elétrica de 125 KN x 30M 01 Monovia com Talha Elétrica 125KN x 40M 1 Monovia com Talha Elétrica 80 KN x 18M, destinado ao Aproveitamento Hidrelétrico Ponte de Pedra-MS.

Cliente: CONSÓRCIO CIGLA-SADE

- e) Fornecimento 01 Ponte Rolante 220/70/6 Ton x 24,96 M para manuseio de Panela de Metal Líquido, destinado a Aciaria de Piracicaba/SP, Esta é uma das maiores pontes rolante de aciaria, produzida com tecnologia própria. Cliente: COMPANHIA SIDERURGIA BELGO MINEIRA.
- f) Fornecimento de 19 Pontes Rolantes para Laminador de Tiras a Quente da CST sendo 5 Pontes 60Tx27,6M 04 Pontes 40Tx28,6M 02 Pontes 100Tx27,30M 02 Pontes 40Tx40M 01 Ponte 100Tx27,15M 01 Ponte 45Tx27M 01 Ponte 40Tx20M 01 Ponte 15Tx18M 01 Ponte 15Tx27,15M e 01 Ponte 40T x 28,6M.

Cliente: **DEMAG**

g) Fornecimento de 07 Pontes Rolantes para a Linha de Processo de Chapas da CISA – Araucária/PR sendo 03 Pontes 30Tx27,6M – 02 Pontes 30Tx21,6M – 01 Ponte 25Tx20,4M e 01 Ponte 55,15T x 27,6M.

Cliente: **DEMAG**

h) Fornecimento de 02 Guindastes Portuários de 40 T x 18m para movimentação de containers no Porto de Santos – terminal do Guarujá/SP. Cliente: **SANTOS BRASIL S.A.**

EQUIPAMENTOS DE PROCESSOS

a) Fornecimento de 14 Vasos de Pressão, Reatores e Torres de Processo, 2
 DD Washer – Planta de depuração, Deslignificação por Oxigênio e Branqueamento, totalizando mais de 3.000 Ton de equipamentos para a expansão da linha de fibra da Aracruz Celulose, localizada no Município de Aracruz – ES. Neste projeto a Inepar Equipamentos recebeu um prêmio pela performance de cumprimento no prazo de entrega.

Cliente: ARACRUZ CELULOSE S.A..

b) Fornecimento de 01 Vaso de Pressão – NH3 Knock out Drum destinado para aumento da capacidade produtiva de Amônia da Refinaria Duque de Caxias, localizada no Município de Duque de Caxias-RJ.

Cliente: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS

- c) Fornecimento de 7 Torres e 2 Vasos de Pressão destinados para a expansão da Refinaria Gabriel Passos, localizada no Município de Betim/MG.
 Cliente: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS
- d) Fornecimento de 2 Vasos de Pressão (Reator e Degasador) para expansão da unidade fabril e aumento de capacidade na produção de peróxidos de hidrogênio da Unidade da Peróxidos, localizada no Município de Curitiba/PR. Cliente: PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA
- e) Fornecimento de 01 Vaso Depurador de Gás, destinado ao aumento da capacidade produtiva de gás natural da Unidade da Petrobrás localizada no Município de São Mateus-ES.

Cliente: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS

METRO-FERROVIÁRIO

a) Reforma de 1.668 Vagões de Carga em Aço Carbono, 1535 Vagões de Carga em Alumínio, Troca de rodeiros de 43 Locomotivas, Recuperação de 50 Locomotivas e Reforma do virador de locomotivas da oficina da Ferronorte localizada em Araraquara-SP.

Cliente: FERRONORTE

b) Fornecimento e montagem de 2 Viradores de Locomotiva para as oficinas de Santa Bárbara e Ipatinga/MG.

Cliente: CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

- c) Fornecimento de 2 Viradores de Locomotivas para o Projeto Trombetas-PA. Cliente: **MINERAÇÃO RIO DO NORTE**
- d) Reforma de Guindastes Rodoferroviários Holmes

Cliente: FERRONORTE

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas A Inepar Equipamentos e Montagens S.A. tem por finalidade:

- a) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista;
- b) prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da engenharia consultiva, de projetos, distribuição e consumo de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
- d) execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura r industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metroferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações;
- e) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
- f) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- g) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- h) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- i) projeto e montagem de sistemas de automação;
- j) importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- k) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos.

A coligada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. têm por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos;
- b) execução de serviços de construção, de manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações; distribuição e transmissão de energia elétrica:
- c) Execução de serviços de construção, de manutenção, montagem e assistência técnica para equipamentos nas áreas de petróleo, química e petroquímica;
- d) fabricação, comercialização, locação, arrendamento, projeto e fornecimento de produtos, bens de capital, máquinas e equipamentos, sistemas e serviços para infra-estrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas de óleo e gás, água e esgoto, geração, transmissão, transformação e proteção de energia, distribuição e consumo

PÁGINA: 10 de 164

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- de energia elétrica, transporte, compensação reativa, movimentação e outros afins;
- e) fabricação e montagem de estruturas de aço e seus agregados;
- f) fabricação, supervisão de montagem, montagem, instalação, comissionamento e testes, de capacitores, bancos de capacitores, filtros de harmônicas, equipamentos para qualidade de energia e eficiência energética, de baixa, média e alta tensão;
- g) fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
- h) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
- i) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
- j) representação, comercialização, compra e venda de produtos e serviços relativos às áreas descritas nos incisos acima;
- k) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- I) projeto, construção e montagem de usinas térmicas e hidroelétricas;
- m) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- n) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- o) projeto e construção de obras civis, elétrica, hidráulicas e de telecomunicações;
- p) implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
- q) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
- r) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos;
- s) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; e
- t) administração de bens próprios.

A Coligada Indireta IESA Óleo & Gás S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração nas áreas de óleo e gás;
- b) execução de serviços de construção, da manutenção, montagem e assistência técnica nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica;
- c) execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de "Off-Shore" e "On- Shore";
- d) montagem e fabricação de máquinas e equipamentos, peças e acessórios para plataforma de petróleo e suas unidades modulares;
- e) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
- f) projeto, construção e montagem de usina térmica nuclear;
- g) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas de óleo, gás, química e petroquímica;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- representação e comercialização de produtos e serviços ligados ao objeto social;
- i) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
- j) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, para consecução do seu objeto social;
- k) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista;
- execução de serviços de transporte de carga através do modal rodoviário, para utilização nos empreendimentos próprios e principalmente junto os consórcios em que a sociedade participe.

A Coligada indireta lesa Tecnologia e Transportes S.A. tem por objeto social:

- a) contratação de projetos e /ou fabricação de equipamentos veículos ferroviários e metroviários, sistemas e serviços para infraestrutura de empresas publicas e privadas, em especial na área de transporte, transporte metroferroviario de passageiros e carga, sistemas, veículos e equipamentos de defesa e outros afins;
- b) projeto, fabricação e montagem de equipamentos relacionados ao item anterior;
- c) manutenção e fabricação de veículos ferroviários, metroviários, veículos de transporte sobre trilhos e pneus, bem como de suas partes, peças e componentes;
- d) representação, comercialização, compra e venda de produtos, insumos e serviços relativos às áreas descritas nos itens anteriores;
- e) exportação e importação dos produtos e serviços relativos às áreas descritas nas letras anteriores;
- f) participação em licitações, através de consórcios, PPP's ou SPC's;
- g) realizar e integrar empreendimentos e sistemas EPC's na área de transporte metroferroviario;
- h) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; e
- i) administração de bens próprios.

A controlada Enisa – Inovação e Infraestrutura S/A., tem por objeto social:

a) Realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos e gerenciamento e administração necessárias às atividades de siderurgia; mineração e metalurgia; saneamento básico e ambiental; sistema de captação; sistema de coleta; tratamento de esgoto e lançamento de seus efluentes; preservação e despoluição de Mananciais e Baias; tratamento e distribuição de água; estações elevatórias e de tratamento sanitário; infraestrutura urbana e dragagens; obras hidráulicas; pontos e canais; navegação lacustre, fluvial e marítima; óleo e gás; petróleo; plataformas de petróleo e suas unidades modulares; plantas e sistemas industriais de qualquer natureza, usinas termoelétricas, usinas de fontes renováveis(energia solar (Sol), eólica (ventos), maremotriz (maré), hídrica (força das águas) e geotérmica (calor interno da Terra); unidades de tratamento de lixo, urbano, industrial e hospitalar; infra e superestrutura e material rodante; controle de tráfego rodoviário; infraestrutura urbana; sinalização ferroviária e rodoviária; veículos de transporte sobre trilhos e pneus; redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação; operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito; levantamento de carga;

PÁGINA: 12 de 164

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- movimentação de materiais a granel; portuário; sistemas de armazenagem de grãos e silagem; metro-ferroviário; química/petroquímica; papel e celulose; telecomunicações; automação; linhas de transmissão, redes de subestações elétricas; distribuição e transmissão de energia elétrica; distribuição e consumo de energia; rebaixamento e distribuição de Energia Elétrica; usinas térmicas e hidroelétricas; e estruturas de aço e seus agregados, inclusive obras de arte em concreto e aço;
- b) Prestação de serviços de qualquer natureza nas atividades acima mencionadas, inclusive na modalidade EPC, especialmente de engenharia consultiva; projeto básico; projeto executivo ou detalhado para fabricação; computação gráfica; prototipagem eletrônica; cálculos e demais atividades computacionais e sistemas próprios de softwares; e automação industrial;
- c) Elaboração de planos e prestação de serviços de planejamento; gerenciamento; administração e na modalidade EPCM; operação; manutenção; atualização e repotenciamento de plantas; sistemas, instalações e equipamentos necessários nas operações e atividades mencionadas na letra "a" acima;
- d) Execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e indústria, em especial nas áreas mencionados na letra "a" acima e outras áreas afins e relacionadas, tanto nos empreendimentos próprios e ou através de consórcios, PPP's ou SPE's, BOT, BTS, em que a Companhia venha participar;
- e) Execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de "Off-Shore" e "On-Shore;
- f) Fabricação, fornecimento, instalação, montagem, supervisão, comissionamento, descomissionamento, testes de performance, operação assistida e start-up, manutenção, modificação de equipamentos, peças, acessórios e componentes, exploração e processamento, operação de sistemas das áreas mencionadas na letra "a" acima;
- g) Comercialização, locação, arrendamento, para infraestrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas mencionadas na letra "a" acima;
- h) Construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- i) Realização ou contratação de obras civis; bens de capital; fornecimento de equipamentos; serviços de montagem-eletromecânica, hidráulica, automação, elétrica de força, controle e automação e; serviços Auxiliares relacionados as atividades mencionadas no item "a" acima;
- j) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
- k) Exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens anteriores;
- I) Participação em licitações e empreendimentos, através de consórcios, PPP's ou SPC's, BOT's BTS's;
- m) Realizar e integrar empreendimentos e sistemas EPC's e EPCM's nas áreas descritas nos itens anteriores;
- n) Representação, comercialização, locação, arrendamento, importação, exportação e compra e venda de equipamentos, insumos, partes e peças e matérias primas necessárias as atividades mencionadas na letra "a" acima;
- o) Administração de bens próprios; e
- p) Participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócioquotista ou acionista.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A Inepar Equipamentos e Montagens S.A concentra suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e na Enisa Inovação e Infraestrutura S/A., Considerando que estas coligadas são controlada direta da Inepar S.A Indústria e Construções, estas informações serão divulgadas nesta Companhia.

PÁGINA: 14 de 164

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Inepar Equipamentos e Montagens S.A concentra suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e na Enisa Inovação e Infraestrutura S/A, considerando que esta coligada é controlada direta da Inepar S.A Indústria e Construções, estas informações serão divulgadas nesta Companhia.

1.5 Principais clientes

RIO PARANÁ ENERGIA S.A. - CNPJ 23.096.269/0003-80

PROGT INDUSTRIAL LTDA - CNPJ 22.953.318/0001-20

VOITH HYDRO LTDA - CNPJ 03.400.080/0001-60

GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA - CNPJ 17.692.901/0004-37

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não se aplica, pois, à partir de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na coligada lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não se aplica, pois, à partir de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na coligada lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Enisa – Inovação e Infraestrutura S/A.

Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS

Não se aplica, pois, à partir de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na coligada lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Enisa – Inovação e Infraestrutura S/A.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

2023		
MÊS	VALOR RECEITA BRUTA OPERACIONAL	VLR. ACUMULADO BALANÇO
JANEIRO	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00
MAIO	0,00	0,00
JUNHO	79.893,65	79.893,65
JULHO	0,00	79.893,65
AGOSTO	116.458,23	196.351,88
SETEMBRO	602.811,88	799.163,76
OUTUBRO	226.153,83	1.025.317,59
NOVEMBRO	51.611,99	1.076.929,58
DEZEMBRO	0,00	1.076.929,58

	2024	
MÊS	VALOR RECEITA BRUTA OPERACIONAL	VLR. ACUMULADO BALANÇO
JANEIRO	37.610,02	37.610,02
FEVEREIRO	147.392,78	185.002,80
MARÇO	112.966,65	297.969,45
ABRIL	8.003,13	305.972,58

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não estamos sujeitos a regulação estrangeira

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.13 Acordos de acionistas

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.16 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Inepar Equipamentos e Montagens S/A – Em recuperação Judicial que são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2023 foi um ano em que o Grupo Inepar/lesa, no âmbito da Recuperação Judicial, se concentrou no fechamento da venda das UPI's IPM e IOG, requisito muito importante para o soerguimento das empresas operacionais, bem como vem trabalhando intensamente na monetização dos seus ativos a fim de trazer um fluxo de caixa que permita a negociação com seus credores extraconcursais.

Vale lembrar que muito já foi alcançado nesse sentido durante a Recuperação Judicial, conforme descrito no Relatório da Administração.

Também foi um ano de maior concentração da atividade comercial em projetos que possam trazer o aumento da atividade operacional no curto prazo.

Acreditamos que ainda no primeiro semestre de 2024 já começaremos a sentir os efeitos dessa estratégia comercial, visto que no nosso mercado o período de prospecção de projetos de maior porte leva de 6 meses a 1 ano.

Estamos muito focados no aumento da atividade da fábrica de Araraquara, com aumento da equipe comercial e de orçamentos a fim de desenvolver novos projetos e principalmente novos clientes.

Por último, 2023 foi marcado pelo fim da punibilidade do Grupo Inepar/lesa em trabalhar com as empresas do Governo, o que nos possibilita o recadastramento, principalmente na Petrobras, o que será de extrema importância para nossa retomada operacional, dado que historicamente este sem foi nosso maior cliente.

Através das empresas IESA Projetos e ENISA, que atuam na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para a busca de novos clientes e também novas parcerias na área de engenharia, o que nos dará capacidade de orçamentação em produtos que tradicionalmente atuamos no passado recente, como equipamentos hidromecânicos e de movimentação de carga.

Outro mercado que o Grupo Inepar/lesa está empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2024 trazer uma solução que proporcione a retomada do parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara.

Com o fim da punibilidade, estamos preparando as empresas operacionais para terem capacidade de prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia.

Nossas expectativas tem como base os novos investimentos que o Governo Federal vem anunciando proporcionando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas. Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Esperamos que essas expectativas não sejam frustradas por questões como instabilidade política, crise mundial, incertezas regulatórias e questões ambientais. No entanto, estamos otimistas com 2024.

Desempenho do exercício de 2023 e Principais Conquistas do Grupo Inepar/lesa

1) Principais conquistas durante o Plano de Recuperação Judicial

Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;

Após a adesão à da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 121,3 milhões da

dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de outubro/25;

Leilão de venda das UPI's IPM/IOG, tendo o Consórcio liderado pela EUROINVEST CO (UK) LTD, sido declarado vencedor do Leilão pelo preço de US\$ 153 milhões e também foi concedido o prazo de pagamento de 75 dias úteis, com vencimento em maio/24;

Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;

Fim das punibilidades ocorridas em função da Lava-Jato, o que nos permitiu o início do recadastro junto aos órgãos governamentais, principalmente Petrobras, possibilitando nossa retomada desses mercados, fator essencial ao nosso soerquimento:

Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação em 2024, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, gerando pelo Brasil um grande número de ZPE's. Estados Unidos e China são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia.

Resultado Econômico

Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são oriúndas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia e óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2023 uma receita bruta de R\$ 1,1 milhões (resultado consolidado com a controlada ENISA), resultado obtido pelo maior nível de propostas que estão sendo demandadas pelos nossos clientes, bem como a retomada de orçamentos junto às empresas do Governo.

Resultado Econômico

A Companhia apresentou lucro acumulado no exercício de 2023 de R\$ 123,4 milhões, enquanto que no mesmo período de 2022 foi apurado um prejuízo de R\$ 9,1 milhões. O lucro acumulado em 2023 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ, no montante de R\$ 121,3 milhões que foram utilizados para pagamento das parcelas a vencer da Transação Tributária Individual assinado junto à PGFN.

A carteira de pedidos da Enisa e a da coligada IESA, apresenta uma evolução em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:



A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e, com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.

- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,030 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

A EUROINVEST CO (UK) LTD, empresa estrangeira, de direito privado, e registrada no Reino Unido, com sede em Londres, peticionou nos autos da RJ para apresentar proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG no valor equivalente em reais de US\$ 160 milhões de dolares, com pagamento em etapas, conforme proposta apresentada nos autos.

Da Continuidade das operações

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas do Grupo Inepar/lesa, terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade de forma mais acelerada e mais bem habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

- No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:
- Encerrar a sua recuperação judicial;
- Recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia;
- A monetização de seus ativos judicializados que somam aprox. R\$ 4 bilhões;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A monetização de outros ativos de sua propriedade.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira, vai permitir que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

b. estrutura de capital

A atual estrutura de capital da Companhia, seja próprio e de terceiros, é considerada adequada para as atividades operacionais normais.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A empresa ajuizou em 29/08/2014 pedido de recuperação judicial, tendo a aprovação ocorrida em 13 de maio de 2015 e adotou os procedimentos descritos no Plano de Recuperação Judicial para liquidação de seus compromissos.

Conforme já descrito nos itens anteriores a empresa efetuou diversas monetizações com o objetivo de cumprir com os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial.

Destacamos ainda a monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a Companhia está cumprindo o programa de alienações de ativos previstos no Plano de Recuperação Judicial para gerar recursos necessários para cumprir as necessidades de capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já descrito acima a Companhia está utilizando recursos de alienações de ativos para enfrentar possíveis deficiências de liquidez, bem como a monetização de ativos financeiros.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes (valores em R\$ mil)

A divida referente ao BNDES foi liquidada através da conversão em debentures perpetuas conforme previsto no plano de recuperação da empresa, não restando saldo a pagar por conta

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de empréstimos e financiamento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram:

Para melhor entendimento e maior facilidade de verificação por parte dos acionistas sobre as variações, reproduzimos abaixo resumo do demonstrativo de resultado destacando itens de maior importância, de forma analítica vertical e horizontal dos últimos três exercícios.

ANALISEVERTICAL	CONSOLIDADOEM31 DEDEZEMBRODECADAEXERCÍCIO								
(COMPARATIVAANO/ANO ANTERIOR)-R\$MIL	2023	V	н	2022	v	Н	2021	v	Н
RECEITAOPERACIONALLÍQUIDA	940	100,00%		323	100,00%		0	100,00%	-41,56%
CUSTODOSPRODUTOSE SERVIÇOS	-922	-98,09%		-238	-73,68%				44,56%
LUCROOPERACIONALBRUTO	18	1,91%		85	26,32%		0		
RECEITASEDESPESAS OPERACIONAIS	1.478	157,23%	-115,72%	-9.401	-2910,53%	-105,12%	183.650	56857,59%	7,56%
Gerais eAdministrativas	-2.077	-220,96%	10,48%	-1.880	-582,04%	-13,60%	-2.176	-673,68%	-33,42%
Despesas com Vendas	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	-33,83%
Despesas Financeiras Líquidas	-545	-57,98%	-93,41%	-8.273	-2561,30%	209,16%	-2.676	-828,48%	75,50%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4.100	436,17%	445,21%	752	232,82%	-99,60%	187.915	58178,02%	-17,24%
EquivalênciaPatrimonial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	-100,00%	587	181,73%	190,01%
RESULTADOOPERACIONAL	1.496	159,15%	-116,06%	-9.316	-2884,21%	-105,07%	183.650	56857,59%	7,51%
RESULTADOANTESDOIRPJ+CS	1.496	159,15%	-116,06%	-9.316	-2884,21%	-105,07%	183.650	56857,59%	7,51%
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	123.440	13131,91%	-1451,58%	-9.133	-2827,55%	-104,94%	184.793	57211,46%	20,33%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Apresentamos abaixo as principais variações nas contas patrimoniais:

EmR\$mil						
ATIVO	2023	н	2022	н	2021	н
CIRCULANTE	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
Caixaeequivalentes decaixa	142	-17,92%		6,13%	163	-77,83%
Clientes	0	-100%	214	100%	0	-11,03%
Créditos deimpostos	1.130	1,99%	1.108	0,45%	1.103	92,61%
Estoques	41	100%	0	0,00%	0	-63,27%
Despesas Antecipadas	314	100%	0	0,00%	0	96,98%
NÃOCIRCULANTE						
Partes relacionadas	269.532	29,47%	208.180	-1,91%	212.242	-9,24%
Créditos deimpostos	2.278	51,06%	1.508	10,80%	1.361	-3,18%
Outros créditos	6.546	0,00%	6.546	0,00%	6.546	-91,45%
PERMANENTE						
Imobilizado	18.440	-0,61%	18.553	-3,29%	19.184	-21,14%
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	387	-27,12%	531	572,15%	79	14,22%
Salários eencargos sociais	214	64,62%	130	-68,22%	409	13,51%
Impostos econtribuições arecolher	4.194	-78,23%	19.261	49,80%	12.858	29,12%
Adiantamentos declientes	3.081	100%	0	0,00%	0	0,03%
Outras contas apagar	7.114	1,93%	6.979	-16,71%	8.379	35,96%
PASSIVO						
NÃOCIRCULANTE						
Impostos econtribuições arecolher	23.852	-67,11%	72.526	-6,02%	77.173	-18,32%
Partes relacionadas	0		0	-100,00%	132	
Tributos diferidos	2.278	6,80%	2.133	-1,66%	2.169	
Provisão paracontingências	5.906	-12,70%	6.765	192,86%	2.310	144,05%

2.2 Resultados operacional e financeiro

- 2.2 Os diretores devem comentar
- a. resultados das operações do emissor, em especial
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
 Não se aplica
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionaisNão se aplica
- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não se aplica

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos eprodutos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar Equipamentos e

Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para Opinião

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza Relevante quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "18.1", a Companhia possui a receber em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 252.838 mil, da Controladora Inepar S.A Indústria e Construções — Em recuperação judicial (RJ), que apresenta incerteza relevante quanto à sua continuidade operacional. De fato, a Companhia e sua Controladora se encontram em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas as companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras individual e consolidada apresentam resultado positivo de R\$ 123.440 mil, efeito esse dos impostos diferidos resultado do reconhecimento dos prejuízos fiscais utilizados para

liquidação parcial do parcelamento da transação individual conforme nota explicativa "26", patrimônio líquido de R\$ 251.395 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 13.362 mil (consolidado).

Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressalvar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perdeseus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa "12", foi registrado contabilmente em 30 de junho de 2021 recebíveis (claims) no montante de R\$ 6.546 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como "praticamente certo", uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 100.862 mil, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais", conforme disposto na nota explicativa "15". A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 121,3 milhões.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos no parágrafo de "ênfase", entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

a) Débitos Tributários

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa "15".

Como o assunto foi Conduzido em nossa Auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

b) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

Como o Assunto foi Conduzido em nossa Auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com

base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissore em seus resultados:

introdução ou alienação de segmento operacional Não se aplica

constituição, aquisição ou alienação de participação societária Não se aplica

eventos ou operações não usuais

Nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a empresa teve diferido junto à PGFN, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a compensação de parte dos débitos da Transação Individual efetiva em 2 de dezembro 2021 com abatimento de até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

Nestes termos, este acordo com PGFN, possibilitou o pagamento de R\$ 121 milhões (cento e vinte e um milhões) dos débitos da Transação Individual da empresa, com a monetização dos créditos oriundos de prejuízos fiscais, permanecendo um saldo devedora vencer no valor de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 8,8 milhões para dívidas previdenciárias com pagamentos mensais entre 31/10/2025 a 30/11/2026, e R\$ 15,0 milhões para os demais débitos com pagamentos mensais entre o período de 30/10/2029 a 28/11/2031

Desta forma, estamos com todas as parcelas da Transação Tributária Individual em dia.

2.5 Medições não contábeis

- 2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:
- a. informar o valor das medições não contábeis

Não se aplica

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A controladora Inepar S/a Industria e Construções, em divulgação de Fato Relevante, publicado em 23 de janeiro de 2024, informa que concluiu com a regularização da empresa denominada INEEAU PROJECTC MANAGEMENT SERVICES CO, com sede nos Emirados Árabes Unidos, registrada sob nº 052-13580004, com o objetivo de evoluir estudos e negócios naquela região, em especial na área de infraestrutura e demais acervos técnicos de capacidade da Companhia. Ademais, a referida poderáser veículo para operações financeiras estruturadas.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a. regras sobre retenção de lucros

O capital da Sociedade poderá ser representado por ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações representativas do capital social, sem guardar proporção atual ou futura com as ações ordinárias.

As ações preferenciais não possuirão o direito de voto, sendo vedada a sua conversão em outro tipo de ação ao qual se confira tal direito.

Assistem aos titulares de ações preferenciais:

- a) Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade:
- b) Recebimento de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) Participação integral nos resultados da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes e distribuição de novas ações decorrentes de aumento de capital, observado quanto aos dividendos oriundos dos referidos lucros remanescentes o disposto na alínea "b" anterior.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Assistem aos titulares de ações preferenciais:

Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade; Recebimento de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos serão distribuidos anualmente

2.7 Destinação de resultados

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado Não se aplica

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando
- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- 2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar
- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica

 c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
 Não se aplica

2.10 Planos de negócios

2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do
plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes
tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica

- c. novos produtos e serviços, indicando:
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrição fatores de risco

Os fatores de risco estão descritos no Formulário de Referência da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicação das 5 (cinco) principais fatores de risco

Os fatores de risco estão descritos no Formulário de Referência da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial.

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia não está exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Riscos de Mercado

Os riscos estão descritos no Formulário de Referência da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

- 4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:
 - a. juízo
 - b. instância
 - c. data de instauração
 - d. partes no processo
 - e. valores, bens ou direitos envolvidos
 - f. principais fatos
 - g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
 - h. análise do impacto em caso de perda do processo
 - i. valor provisionado, se houver provisão

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	31/12/2023		31/12/20	022	31/12/2021	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	1	3.122	1	646	1	207
Tributárias	20.711	761	20.712	941	163	1.409
Cíveis	4.711	2.023	-	4.710	5.048	226
Outros	-	-	-	468	-	468
	25.423	5.906	20.713	6.765	5.212	2.310

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração registrou em conta de provisão considerando o montante estimado de perda e para as perdas possíveis estamos apenas divulgando os valores envolvidos.

Trabalhistas – reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.

Tributárias – constituídas por processos da área federal (PIS, COFINS e INSS), Estadual (ICMS) e Municipal (ISS), **Cíveis** – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

Formulário de Referência - 2024 - INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - EM RECUPERACAO JUDICIA

2.023

Versão : 1

4.4 Processos não sigilosos relevantes Tipo Probabilidade de Perda 1 - Provável Nº do Processos **Valor** Processo: 2 - Possível (Fiscal, Trabalhista, Cível, 3 - Remota Cobrança, Etc.) 0714318-40.2021.8.07.0001 Cível 2 4.282.356,37 0714318-40.2021.8.07.0001 Cível 2 428.235,63 23.000,00 0804597-50.2023.8.19.0007 Cível 1 0023242-20.1999.8.19.0001 (1999 Cível 1 2.000.000,00 0268900-13.2006.5.09.0892 Trabalhista 1 500,00 50.000,00 0011969-12.2017.5.15.0151 Trabalhista 1 0000308-82.2003.4.03.6120 Tributário 2 20.710.650,43 0048133-78.2013.4.03.6182 Tributário 1 9.397,16 0041407-54.2014.4.03.6182 Tributário 1 13.939,17 1 0055312-58.2016.4.03.6182 Tributário 7.846,55 5006725-46.2018.4.03.6182 Tributário 1 85.428,17 81.410,57 5058526-08.2019.4.04.7000 Tributário 1 0000508-44.2008.8.26.0493 Tributário 1 6.287,33 0018952-53.2002.8.19.0066 413.490,83 Tributário 1 0025924-05.2003.8.19.0066 Tributário 1 141.172,48 10880.900454/2018-13 Tributário 1 1.844,43 0437200-21.2008.5.09.0195 **TRABALHISTA** 1 23.323,43 0152000-47.1995.5.02.0432 **TRABALHISTA** 1 34.618,66 0100800-22.2006.5.15.0151 21.500,00 **TRABALHISTA** 1 0174700-45.1999.5.09.0670 **TRABALHISTA** 2 500,00 48.049,06 0009400-71.2006.5.15.0006 **TRABALHISTA** 1 0099800-24.1999.5.02.0432 **TRABALHISTA** 403.598,89 1 0028100-77.2002.5.02.0433 **TRABALHISTA** 1 1.311.783,28 0027600-42.2006.5.05.0221 **TRABALHISTA** 1 86.711,70 0003700-07.1999.5.02.0432 **TRABALHISTA** 1 146.716,92 0010276-27.2016.5.15.0151 **TRABALHISTA** 68.030,24 1 0123400-74.1999.5.02.0432 **TRABALHISTA** 1 539.928,84 **TRABALHISTA** 1 0021000-94.2003.5.15.0006 41.911,49 0021100-49.2003.5.15.0006 **TRABALHISTA** 1 248.347,52 0047400-77.2005.5.15.0006 **TRABALHISTA** 1 96.903,72 0262700-21.1999.5.09.0670 **TRABALHISTA** 1 300,00

TOTAL 21.521.967,12

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	31/12/20	023	31/12/20	31/12/2022		
	Possível	Provável	Possível	Provável		
Trabalhistas	1	3.122	1	646		
Tributárias	20.711	761	20.712	941		
Cíveis	4.711	2.023	-	4.710		
Outros	-	-	-	468		
	25.423	5.906	20.713	6.765		

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	6.765	2.310
(-) Baixas / (+)	(859)	4.455
Saldo Final	5.906	6.765

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração registrou em conta de provisão considerando o montante estimado de perda e para as perdas possíveis estamos apenas divulgando os valores envolvidos.

Trabalhistas – reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.

Tributárias – Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação de várias legislações vigentes, no exercício de 2021, também provisionamos os valores que estavam em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos na seção 4.3 deste formulário.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes além daquelas listadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos estão descritos no Formulário de Referência da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial.

5.2 Descrição dos controles internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como, no monitoramento de riscos adotado para as empresas controladas lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e na Enisa Inovação e Infraestrutura S/A.

5.3 Programa de integridade

5.4 Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

5.5 Outras informações relevantes

Não se aplica.

CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Lega	al ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Uni	dade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E					
76.627.504/0001-06	Brasil	Não	Sim	30/05/2010	
Não					
246.385.991	100,000	66.034.745	100,000	312.420.736	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
246.385.991	100,000	66.034.745	100,000	312.420.736	100,000

CONTROLADORA / INVEST	TIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Leg	al ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	nidade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E	CONSTRUÇÕES			76.627.504/0001-06	
COMPANHIA SIDERURGIO	CA NACIONAL S/A.				
33.042.730/0001-04	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
1.325.892	4,146	142.160	1,126	1.468.052	3,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DELFT ADMINISTRAÇÃO E	E PARTICIPACOES S/A				
07.092.327/0001-80	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
351.652	1,100	0	0,000	351.652	0,788
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FABIO ROBERTO BAUMFE	ELD ISAACK				
018.042.137-99	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não		0	Fisica		018.042.137-99
0	0,000	629.998	4,989	629.998	1,412
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	459,065	42.098	3.636	1.029	

CONTROLADORA / INVES	STIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações U	nidade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR S.A. INDÚSTRIA	E CONSTRUÇÕES			76.627.504/0001-06	
FLORENCA INSTITUCION	IAL FUNDO DE INVESTIMENTO	MULTIMERCADO CREDITO PR	RIVADO		
10.377.941/0001-00	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
884.777	2,767	0	0,000	884.777	1,984
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
IGOR RANGEL MURAD					
370.396.828-18	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
1.584.000	4,953	0	0,000	1.584.000	3,551
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
INEPAR ADMINISTRAÇÃO	O E PARTICIPAÇÃO S.A.				
45.542.602/0001-09	Brasil	Sim	Sim	26/02/2024	
Não					
4.215.055	13,181	188	0,001	4.215.243	9,450
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVEST	TIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	nidade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E	CONSTRUÇÕES			76.627.504/0001-06	
INSA ADMINISTRACAO E S	SERVICOS LTDA				
77.082.626/0001-19	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
424.356	1,327	0	0,000	424.356	0,951
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
IRB-BRASIL RESSEGUROS	S S.A.				
33.376.989/0001-91	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
5.435.686	16,998	0	0,000	5.435.686	12,186
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
KOREA TRADE INSURANC	CE CORPORATION(K-SURE)				
10.633.728/0001-04 Não	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
498.555	1,559	0	0,000	498.555	1,118
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Lo	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	idade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E	CONSTRUÇÕES			76.627.504/0001-06	
MDC ASSESSORIA EMPRE	SARIAL S/A				
08.608.615/0001-07	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
976.132	3,052	153.192	1,213	1.129.324	2,532
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PACTA - GESTÃO EMPRES	ARIAL S.A.				
25.173.155/0001-50	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
2.439.232	7,628	0	0,000	2.439.232	5,468
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
QUIP S/A					
07.211.747/0001-38	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
755.588	2,363	0	0,000	755.588	1,694
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTI	DORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unid	lade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		`		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E C	ONSTRUÇÕES			76.627.504/0001-06	
ROBERTO VEIGA HINRICSH	SEN				
263.660.438-33	Brasil	Não	Não	26/02/2024	
Não					
0	0,000	696.000	5,512	696.000	1,560
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	631,400	57.902	5.000	1.416	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
13.087.795	40,927	11.005.694	87,158	24.093.489	54,014
TOTAL					
31.978.720	100,000	12.627.232	100,000	44.605.952	100,000

CONTROLADORA / INVEST	TIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Lo	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	idade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR ADMINISTRAÇÃO	E PARTICIPAÇÃO S.A.			45.542.602/0001-09	
ATILANO DE OMS SOBRIN	но				
000.848.409-00	Brasil	Sim	Sim	30/04/2012	
Não					
15.806.973	26,282	0	0,000	15.806.973	26,282
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CESAR ROMEU FIEDLER					
274.914.719-00	Brasil	Sim	Não	24/05/2023	
Não					
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DI MARCO POZZO					
001.621.089-15	Brasil	Não	Não	24/05/2023	
Não					
2.402.163	3,994	0	0,000	2.402.163	3,994
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVEST	TIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	idade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR ADMINISTRAÇÃO	E PARTICIPAÇÃO S.A.			45.542.602/0001-09	
INSA ADMINISTRAÇÃO E S	SERVICOS LTDA				
77.082.626/0001-19	Brasil	Sim	Não	08/10/2012	
Não					
4.287.684	7,129	0	0,000	4.287.684	7,129
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NATAL BRESSAN					
006.372.899-00	Brasil	Sim	Não	30/04/2012	
Não					
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
TARADELL PARTICIPAÇÕI	ES S.A.				
06.024.115/0001-00	Brasil	Sim	Não	30/04/2012	
Não					
15.693.147	26,093	0	0,000	15.693.147	26,093
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVESTI	DORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unid	lade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		`		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E	PARTICIPAÇÃO S.A.			45.542.602/0001-09	
VALDIR LIMA CARREIRO					
317.473.969-15	Brasil	Não	Não	24/05/2023	
Não					
1.500.000	2,494	0	0,000	1.500.000	2,494
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
12.031.072	20,004	0	0,000	12.031.072	20,004
TOTAL					
60.144.197	100,000	0	0,000	60.144.197	100,000

Actionista Reclaimed in Macionalidade-UF Participa de acordo de scionistas (PF/CNP) acionista (Participa de acordo de scionistas (PF/CNP) acionista (PF/CNP) acion	CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
Acionista Rasidente no Nome do Representante Laya ou Mandatório Tipo de pessoa CPF/CNP-J	ACIONISTA					
Paterin	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Ottos Unidade Unidades Ações ordinárias % Unidades Quide. ações preferenciais % Unidades Quide. total de ações y (Inidades) Total ações % Unidades EXEMPLIZAÇÃO A FUNDA FUND		Nome do Representante Le	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Unidade (Dinidade (Dinidade) Unidade (Dinidade) Unidade (Dinidade) Composições (Dinidade) Sim Sim 24/05/2023 Composições (%) do capital social Composições (%) do capital s	Detalhamento de ações Uni	idade				
NSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA 77.082.626/0001-19	Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
ATILANO DE OMS SOBRIN-U 000.848.409-00	CONTROLADORA / INVESTIDORA		· 	`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Na0 Srasil Sim Sim 24/05/2023 Srasil Sim 24/05/2023 Srasil Srasil Sim Sim 24/05/2023 Srasil	INSA ADMINISTRACAO E S	SERVICOS LTDA			77.082.626/0001-19	
Não	ATILANO DE OMS SOBRIN	но				
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social	000.848.409-00	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 Jauneval de Oms 021.617.377-91 Brasil Sim Sim 24/05/2023 Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social MARIO CELSO PETRÁGLIA MARIO CELSO PETRÁGLIA Não 85.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0,000 65.590 33,333	Não					
TOTAL	65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Sim Sim 24/05/2023 Say Say	Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Na	TOTAL	0	0.000			
Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 MARIO CELSO PETRÁGLIA **O30.055.459-49** **Não** 65.590 **33,333** **0 Sim \$24/05/2023 Não **O5.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 **O,000	Jauneval de Oms					
65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 MARIO CELSO PETRÁGLIA 03.055.459-49 Brasil Sim Sim 24/05/2023 Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social	021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 MARIO CELSO PETRÁGLIA 003.055.459-49 Brasil Sim Sim 24/05/2023 Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 O.000 O.0	Não					
TOTAL 0.000 MARIO CELSO PETRÁGLIA 003.055.459-49 Brasil Sim 24/05/2023 Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
MARIO CELSO PETRÁGLIA 003.055.459-49 Brasil Sim Sim 24/05/2023 Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
003.055.459-49 Brasil Sim Sim 24/05/2023 Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	TOTAL	0	0.000			
Não 65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	MARIO CELSO PETRÁGLIA					
65.590 33,333 0 0,000 65.590 33,333 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	003.055.459-49	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Não					
TOTAL 0 0.000	65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
	Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
	TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Leg	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Uni	dade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		`		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INSA ADMINISTRACAO E S	ERVICOS LTDA			77.082.626/0001-19	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
196.770	100,000	0	0,000	196.770	100,000

CONTROLADORA / INVEST	TIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	egal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	idade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INSA ADMINISTRACAO E S	SERVICOS LTDA			77.082.626/0001-19	
ATILANO DE OMS SOBRIN	ІНО				
000.848.409-00	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Não					
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Jauneval de Oms					
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Não					
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIO CELSO PETRÁGLIA	4				
003.055.459-49	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Não					
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
A OÕEO EM TEOOUE : T'					
AÇÕES EM TESOURARIA					

CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Leg	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Uni	dade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		`		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INSA ADMINISTRACAO E S	ERVICOS LTDA			77.082.626/0001-19	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
196.770	100,000	0	0,000	196.770	100,000

CONTROLADORA / INVEST	TIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	nidade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TARADELL PARTICIPAÇÕI	ES S.A.			06.024.115/0001-00	
ESPÓLIO - CARMEM LUIZA	A IWERSEN DE OMS				
258.667.299-20	Brasil	Não	Não	24/05/2023	
Não					
529.707	49,765	0	0,000	529.707	49,765
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Jauneval de Oms					
021.617.377-91	Brasil	Não	Sim	24/05/2023	
Não					
534.707	50,235	0	0,000	534.707	50,235
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

1.064.414	100,000	0	0,000	1.064.414	100,000
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A. 06.024					
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
Detalhamento de ações Uni	dade				
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Leg	al ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
ACIONISTA					

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	03/05/2012
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ENISA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/A	44.140.855/0001-93	99,99
IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.	29.918.943/0008-56	25,4

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nos itens "6.1" e "6.2" do FRE.

6.6 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

7.1 – Principais características dos orgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria

A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios da sociedade para a prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, podendo inclusive:

- 1. Contrair empréstimos nacionais e/ou internacionais;
- 2. Promover transações e renunciar direitos;
- 3. Adquirir, alienar e onerar bens patrimoniais da Sociedade.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral entre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no país e possuidoras dos requisitos contidos no Art. 162 da Lei nº 6.404/76, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

O Conselho Fiscal não terá função permanente, e só será instalado quando ocorrer o previsto no Artigo 161, Parágrafo 2º da Lei Nº 6404/76, ocasião em que a Assembléia Geral fixará a remuneração de seus membros..

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação do Comitê de Remuneração

O Conselho Fiscal não foi instalado até a presente dataNão possuímos comitê de remuneração.

c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuímos mecanismos para avaliação de desempenho de órgãos e comitês

d) em relação os membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela Lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

Diretor Presidente

- cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- estruturar e dirigir todos os serviços da Sociedade de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- elaborar e acompanhar orçamentos de custos e de investimentos da sociedade;
- Desenvolver a administração central, bem como supervisionar e controlaras atividades das áreas de apoio da empresa, tais como: Recursos Humanos, Planejamento e Controle, Custos Industriais, Tecnologia de Informática, Administração Industrial, Suprimentos, Serviço Especializadode Medicina do Trabalho "SESMT" e outros afins;
- garantir a viabilização dos meios e instrumentos necessários ao bom funcionamento das áreas relacionadas no item anterior e;
- fomentar e monitorar, de forma permanente, o sistema da qualidade total abrangendo os empregados da sociedade, seus clientes, acionistas, investidores, fornecedores, os meios de comunicação e o público em geral.

Diretor Administrativo-Financeiro

- elaborar, semestralmente, os orçamentos de custeio e investimentos da Sociedade:
- elaborar e acompanhar o fluxo de caixa, provendo as eventuais necessidades de recursos e aplicando os excedentes;
- estabelecer o planejamento fiscal e tributário;
- propor e contratar operações estruturadas de engenharia financeira, no país e no exterior;
- zelar pela liquidez financeira da sociedade, pela redução do custo de financiamentos e pela minimização de riscos;
- controlar as atividades das áreas de contabilidade, controle financeiro, contas a pagar, contas a receber e importação e exportação em seus aspectos financeiros; e

 zelar para que as demonstrações financeiras da Sociedade, assim como os relatórios que lhe incumbem, na forma de disposições legais e regulamentares, sejam sempre elaborados e entregues tempestivamente.

Diretor de Relações com Investidores

- acompanhar permanentemente o comportamento das ações da companhia no mercado, especialmente quanto a sua liquidez, valorização e o bom atendimento aos acionistas;
- garantir a viabilização dos meios e os instrumentos necessários ao bom atendimento aos analistas de investimentos e administradores de recursose investidores em geral;
- propiciar suporte à análise de estudos de viabilidade econômico-financeirade novos investimentos;
- divulgar e comunicar a Comissão de Valores Mobiliários e a BM&FBovespa, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação simultaneamente em todos os mercados em quetais valores mobiliários sejam admitidos à negociação além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; e
- manter atualizado o registro da Companhia prestando informações para tanto, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários.

Diretor Comercial

- estabelecer as linhas de atuação para os negócios de sua competência e responsabilidade;
- coordenar as atividades de marketing e propaganda, visando o incremento permanente das atividades e dos resultados da sociedade;
- fomentar o relacionamento com instituições governamentais relacionadas com o segmento de atuação da empresa e;
- propor o estabelecimento de filiais no país e no exterior como alternativa viável ao melhor desenvolvimento e expansão dos negócios da Sociedade;

§ Único: Caberá aos diretores designados comparecer às reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor presidente na gestão da sociedade, além de outras atribuições no cumprimento normal das atividades da Sociedade que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração em sua área de competência.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselhode administração, dos comitês e da diretoria

Os mecanismos de avaliação compreendem o alcance de metas operacionaise financeiras e o desempenho individual.

a. Prazos de convocação

As Assembléias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 diascorridos de antecedência em segunda convocação, observada a regra prevista no art. 124, § 1º, item II, da Lei n.º 6.404/1976.

b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por ações e com o Estatuto da Companhia compete à assembleia geral, exclusivamente, discutir sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- Reforma do seu Estatuto Social;
- Eleição e destituição dos membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- Fixação da remuneração global dos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, assim como da remuneração dosmembros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- Atribuição de bonificações em ações;
- Aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de sua emissão;
- Aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- Tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- Destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela sua administração;
- Cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimentoda regulamentação aplicável;
- Emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de sua emissão:
- Suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em seu Estatuto Social;
- Nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do seu capital social;
- A transformação da Companhia em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- A sua fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade da Companhia ou cisão;
- Sua dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;

- Autorização para que seus administradores confessem sua falência ou requeiram sua recuperação judicial ou extrajudicial; e,
- Outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativosà assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais da Companhia estarão disponíveis na sua sede social localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cj. 1101, 11º Andar, parte D, Centro, CEP 80410-180:

Eletronicamente a Companhia disponibiliza estes documentos na rede mundial de computadores no site da Companhia (www.inepar.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não há regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembléias gerais, pois conforme definido no estatuto social da Companhia em seu artigo 5º, parágrafo 14º, cada ação ordinária nominativa dará direito aum voto nas Assembléias Gerais terá o direito de ser incluída na oferta pública de alienação de controle, recebendo o mesmo valor pago aos alienantes do controle (tag along).

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedadespor Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua

identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

- g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias
 - A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.
- h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhiatal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas às disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

A sociedade terá um Conselho de Administração constituído de até 7 (sete) membros, respeitado o mínimo legal, eleitos pela Assembléia Geral entre acionistas residentes no País, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

- § 1º O Conselho de Administração terá um Presidente escolhido pelos acionistas.
- § 2º Expirado o prazo da gestão, permanecerão os membros do Conselho de Administração no exercício dos seus respectivos cargos e funções, até a possedos seus sucessores.
- § 3º Os Conselheiros eleitos terão direito a uma remuneração mensal, fixada pela Assembléia Geral que os eleger, incluindo-se os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.
- § 4º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e instaladaspelo Presidente do Conselho ou, na ausência deste, por quaisquer 2 (dois) Conselheiros. O Presidente do Conselho, quando presente, instalará e presidiráas reuniões.
- § 5º O Conselho de Administração poderá se instalar e deliberar validamente com a presença da maioria de seus membros.
- § 6º Conselho deliberará por maioria de votos.
- § 7º No caso de impedimento temporário do Presidente, poderá ele próprio designar outro Conselheiro para substituí-lo. No caso de vaga definitiva, a assembléia geral elegerá o substituto que, na qualidade de Presidente doConselho, exercerá as funções até o final do mandato.
- § 8º No caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer Conselheiro, caberá à assembléia eleger o substituto, que completará o mandato do Conselheiro substituído.

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 5	0	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 5	0	5	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.1 – Principais características dos orgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria

A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios da sociedade para a prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, podendo inclusive:

- 1. Contrair empréstimos nacionais e/ou internacionais;
- 2. Promover transações e renunciar direitos;
- 3. Adquirir, alienar e onerar bens patrimoniais da Sociedade.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral entre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no país e possuidoras dos requisitos contidos no Art. 162 da Lei nº 6.404/76, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

O Conselho Fiscal não terá função permanente, e só será instalado quando ocorrer o previsto no Artigo 161, Parágrafo 2º da Lei Nº 6404/76, ocasião em que a Assembléia Geral fixará a remuneração de seus membros..

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação do Comitê de Remuneração

O Conselho Fiscal não foi instalado até a presente dataNão possuímos comitê de remuneração.

c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuímos mecanismos para avaliação de desempenho de órgãos e comitês

d) em relação os membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela Lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

Diretor Presidente

- cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- estruturar e dirigir todos os serviços da Sociedade de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- elaborar e acompanhar orçamentos de custos e de investimentos da sociedade:
- Desenvolver a administração central, bem como supervisionar e controlaras atividades das áreas de apoio da empresa, tais como: Recursos Humanos, Planejamento e Controle, Custos Industriais, Tecnologia de Informática, Administração Industrial, Suprimentos, Serviço Especializadode Medicina do Trabalho "SESMT" e outros afins;
- garantir a viabilização dos meios e instrumentos necessários ao bom funcionamento das áreas relacionadas no item anterior e;
- fomentar e monitorar, de forma permanente, o sistema da qualidade total abrangendo os empregados da sociedade, seus clientes, acionistas, investidores, fornecedores, os meios de comunicação e o público em geral.

Diretor Administrativo-Financeiro

- elaborar, semestralmente, os orçamentos de custeio e investimentos da Sociedade:
- elaborar e acompanhar o fluxo de caixa, provendo as eventuais necessidades de recursos e aplicando os excedentes;
- estabelecer o planejamento fiscal e tributário;
- propor e contratar operações estruturadas de engenharia financeira, no país e no exterior;
- zelar pela liquidez financeira da sociedade, pela redução do custo de financiamentos e pela minimização de riscos;
- controlar as atividades das áreas de contabilidade, controle financeiro, contas a pagar, contas a receber e importação e exportação em seus aspectos financeiros; e

 zelar para que as demonstrações financeiras da Sociedade, assim como os relatórios que lhe incumbem, na forma de disposições legais e regulamentares, sejam sempre elaborados e entregues tempestivamente.

Diretor de Relações com Investidores

- acompanhar permanentemente o comportamento das ações da companhia no mercado, especialmente quanto a sua liquidez, valorização e o bom atendimento aos acionistas;
- garantir a viabilização dos meios e os instrumentos necessários ao bom atendimento aos analistas de investimentos e administradores de recursose investidores em geral;
- propiciar suporte à análise de estudos de viabilidade econômico-financeirade novos investimentos;
- divulgar e comunicar a Comissão de Valores Mobiliários e a BM&FBovespa, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação simultaneamente em todos os mercados em quetais valores mobiliários sejam admitidos à negociação além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; e
- manter atualizado o registro da Companhia prestando informações para tanto, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários.

Diretor Comercial

- estabelecer as linhas de atuação para os negócios de sua competência e responsabilidade;
- coordenar as atividades de marketing e propaganda, visando o incremento permanente das atividades e dos resultados da sociedade;
- fomentar o relacionamento com instituições governamentais relacionadas com o segmento de atuação da empresa e;
- propor o estabelecimento de filiais no país e no exterior como alternativa viável ao melhor desenvolvimento e expansão dos negócios da Sociedade;

§ Único: Caberá aos diretores designados comparecer às reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor presidente na gestão da sociedade, além de outras atribuições no cumprimento normal das atividades da Sociedade que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração em sua área de competência.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselhode administração, dos comitês e da diretoria

Os mecanismos de avaliação compreendem o alcance de metas operacionaise financeiras e o desempenho individual.

a. Prazos de convocação

As Assembléias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 diascorridos de antecedência em segunda convocação, observada a regra prevista no art. 124, § 1º, item II, da Lei n.º 6.404/1976.

b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por ações e com o Estatuto da Companhia compete à assembleia geral, exclusivamente, discutir sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- Reforma do seu Estatuto Social;
- Eleição e destituição dos membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- Fixação da remuneração global dos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, assim como da remuneração dosmembros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- Atribuição de bonificações em ações;
- Aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de sua emissão;
- Aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- Tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- Destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela sua administração;
- Cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimentoda regulamentação aplicável;
- Emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de sua emissão:
- Suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em seu Estatuto Social;
- Nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do seu capital social;
- A transformação da Companhia em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- A sua fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade da Companhia ou cisão;
- Sua dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;

- Autorização para que seus administradores confessem sua falência ou requeiram sua recuperação judicial ou extrajudicial; e,
- Outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativosà assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais da Companhia estarão disponíveis na sua sede social localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cj. 1101, 11º Andar, parte D, Centro, CEP 80410-180:

Eletronicamente a Companhia disponibiliza estes documentos na rede mundial de computadores no site da Companhia (www.inepar.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não há regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembléias gerais, pois conforme definido no estatuto social da Companhia em seu artigo 5º, parágrafo 14º, cada ação ordinária nominativa dará direito aum voto nas Assembléias Gerais terá o direito de ser incluída na oferta pública de alienação de controle, recebendo o mesmo valor pago aos alienantes do controle (tag along).

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedadespor Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua

PÁGINA: 100 de 164

identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhiatal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas às disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

A sociedade terá um Conselho de Administração constituído de até 7 (sete) membros, respeitado o mínimo legal, eleitos pela Assembléia Geral entre acionistas residentes no País, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

- § 1º O Conselho de Administração terá um Presidente escolhido pelos acionistas.
- § 2º Expirado o prazo da gestão, permanecerão os membros do Conselho de Administração no exercício dos seus respectivos cargos e funções, até a possedos seus sucessores.
- § 3º Os Conselheiros eleitos terão direito a uma remuneração mensal, fixada pela Assembléia Geral que os eleger, incluindo-se os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.
- § 4º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e instaladaspelo Presidente do Conselho ou, na ausência deste, por quaisquer 2 (dois) Conselheiros. O Presidente do Conselho, quando presente, instalará e presidiráas reuniões.
- § 5º O Conselho de Administração poderá se instalar e deliberar validamente com a presença da maioria de seus membros.
- § 6º Conselho deliberará por maioria de votos.
- § 7º No caso de impedimento temporário do Presidente, poderá ele próprio designar outro Conselheiro para substituí-lo. No caso de vaga definitiva, a assembléia geral elegerá o substituto que, na qualidade de Presidente doConselho, exercerá as funções até o final do mandato.
- § 8º No caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer Conselheiro, caberá à assembléia eleger o substituto, que completará o mandato do Conselheiro substituído.

PÁGINA: 101 de 164

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome Andre de Oms CPF: 023.289.579-19 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis ADMINISTRADOR Data de 19/01/1978 são: Nascimento:

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela FAE em 2000. Iniciou sua carreira em janeiro de 2001 como Diretor Administrativo da empresa RJA Produções e Comunicações

Artísticas Ltda. onde permaneceu até julho de 2006. Em agosto de 2006 assumiu como Administrador do Auto Posto OMS Ltda. onde permaneceu até janeiro de 2020. Em março de 2020 assumiu a administração do Auto Posto Alto da Glória Ltda. permanecendo até julho de 2020. Em 31 de outubro de 2019 foi nomeado Diretor Administrativo Financeiro da

empresa Taradell Participações S/A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2022	2 ANOS	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2022	Sim	29/04/2022

Nome AUGUSTO ARAÚJO DE OMS CPF: 043.463.709-26 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis ADMINISTRADOR Data de 19/08/2002 são: Nascimento:

Experiência Profissional: Graduado em Administração - Bacharelado - Habilitação em Gestão de Negócios pela Universidade Tuiuti do Paraná. Iniciou sua carreira no ano de 2002 como Administrador de Canala do vendo no Orda. Provedor do Santiago S/A. Em abril do 2004, ingresseu no JESA Projetos Equipomentos a Montagana S/A como Apolisto. Em 2000 trabalhou como

Canais de venda no Ondá - Provedor de Serviços S/Á. Em abril de 2004, ingressou na IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A como Analista Jr.. Em 2009 trabalhou como Gerente Adjunto na Envirobras Tecnologia Ambiental S/A. A partir de outubro de 2014 trabalha nas empresas Inepar S/A Indústria e Construções e Inepar Capacitores S/A com o

cargo de Coordenador Administrativo.

contas do exercício findo em 31/12/2023

Órgãos da Administração:

Órgão da Descrição de outro Foi eleito pelo Data de início do Data da Prazo do mandato Cargo eletivo ocupado Data de posse Administração Eleição cargo/função controlador primeiro mandato Conselho de 29/04/2022 2 ANOS Conselho de 29/04/2022 Sim 29/04/2022 Administração Administração (Efetivo)

Nome IRAJÁ GALLIANO ANDRADE CPF: 139.478.939-49 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis ECONOMISTA Data de 25/12/1953 são: Nascimento:

Experiência Profissional: Formado em Ciências Econômicas pela UFPR, com MBA Gestão Empresarial pela ISAD/PUC. Curso de extensão "Managing in a Global Environment" – University of Texas – Austin – Texas. Atuou como Diretor Executivo da Inepar S.A. Indústria e Construções. Atualmente é Diretor Administrativo Financeiro na IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.,

na Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e na Inepar S.A. Indústria e Construções e, presidente do Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções.

Órgãos da Administração:

Órgão da Data da Prazo do mandato Cargo eletivo ocupado Descrição de outro Foi eleito pelo Data de início do Data de posse Administração Eleição cargo/função controlador primeiro mandato Diretoria 17/12/2021 Encerrar-se quando **Outros Diretores** Diretor Administrativo-17/12/2021 Sim 17/12/2021 da aprovação de Financeiro

PÁGINA: 103 de 164

Nome MANACESAR LOPES DOS CPF: 747.439.029-91 Nacionalidade: Profis ADVOGADO 10/06/1972 Passaporte: Brasil Data de são: Nascimento:

SANTOS

Brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 5.524.282-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 747.439.029-91, residente e domiciliado na Rua Acyr Guimarães nº 195, apto. 73, bairro Água Verde, CEP: 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Permanecendo vago os cargos de Diretor Presidente e Diretor Comercial até

ulterior deliberação.

Órgãos da Administração:

Experiência Profissional:

Orgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/12/2021	Encerrar-se quando da aprovação de	Diretor de Relações com Investidores		17/12/2021	Sim	17/12/2021

da aprovação de contas do exercício findo em 31/12/2023

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 105 de 164

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 106 de 164

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 107 de 164

7.7 Acordos/seguros de administradores

Não se aplica

PÁGINA: 108 de 164

7.8 Outras informações relevantes

Não se aplica.

PÁGINA: 109 de 164

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

Conselho de Administração

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, obedecido o limite fixado pela Assembléia de Acionistas

Diretoria Estatutária

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece o limite fixado pela Assembléia de acionistas, é composta de pró-labore, reajustado de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia. A título de remuneração variável a Companhia oferece um plano de participação nos resultados e programa de bonificação, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes.

Diretoria Não Estatutária

A remuneração da Companhia no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Aos diretores a Companhia oferece um plano de participação nos resultados e programa de bonificação, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembléia geral que os eleger.. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa baseada no mínimo legal. O Conselho Fiscal em exercício recebe o mínimo legal, conforme deliberado em assembléia geral.

PÁGINA: 110 de 164

8.1 Política ou prática de remuneração

- b. composição da remuneração, indicando.
 - i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

- Salários ou pró-labore correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

No caso do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria é definida pela Assembléia. A Assembléia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é feita anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas a serem atingidas.

Em Assembléia Geral Ordinária de acionistas é fixado o montante anual que será empregado na renumeração dos seus administradores.

O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal é realizado em função do reajuste da remuneração dos Diretores Executivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

PÁGINA: 111 de 164

8.1 Política ou prática de remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não estatutária.

Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A única parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria não estatutária, a qual será tanto maior quanto for o alcance dos objetivos estratégicos definidos, conforme já mencionado anteriormente.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

PÁGINA: 112 de 164

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício	Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00		
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00		
Esclarecimento						
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	43.344,00	31.536,00		74.880,00		
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00		
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00		
Outros	0,00	0,00		0,00		
Descrição de outras remunerações fixas						
Remuneração variável						
Bônus	0,00	0,00		0,00		
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00		
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00		
Comissões	0,00	0,00		0,00		
Outros	0,00	0,00		0,00		
Descrição de outras remunerações variáveis						
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00		
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00		
Observação						
Total da remuneração	43.344,00	31.536,00		74.880,00		

PÁGINA: 113 de 164

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício	Social em 31/12/2022 - Valores Anu	ais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	43.632,00	29.088,00		72.720,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		0		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		0		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		0		
Total da remuneração	43.632,00	29.088,00		72.720,00

PÁGINA: 114 de 164

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício	Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00		
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00		
Esclarecimento						
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	39.600,00	13.200,00		52.800,00		
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00		
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00		
Outros	0,00	0,00		0,00		
Descrição de outras remunerações fixas						
Remuneração variável						
Bônus	0,00	0,00		0,00		
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00		
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00		
Comissões	0,00	0,00		0,00		
Outros	0,00	0,00		0,00		
Descrição de outras remunerações variáveis						
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00		
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00		
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00		
Observação						
Total da remuneração	39.600,00	13.200,00		52.800,00		

PÁGINA: 115 de 164

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3,00	3,00		6,00
N° de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO I	BÔNUS	-		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃ	O NO RESULTADO	-		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

PÁGINA: 116 de 164

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica

PÁGINA: 117 de 164

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3,00	3,00		6,00
N° de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				
PREÇO	MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DI	E CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS	DE OPÇÕES	
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

PÁGINA: 118 de 164

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não se aplica.

PÁGINA: 119 de 164

8.7 Opções em aberto

Não se aplica

PÁGINA: 120 de 164

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não se aplica

PÁGINA: 121 de 164

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica.

PÁGINA: 122 de 164

8.10 Outorga de ações

Não se aplica.

PÁGINA: 123 de 164

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00	3,00	
N° de membros remunerados	3,00	3,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

PÁGINA: 124 de 164

8.12 Precificação das ações/opções

Não se aplica

PÁGINA: 125 de 164

8.13 Participações detidas por órgão

Não se aplica

PÁGINA: 126 de 164

8.14 Planos de previdência

Não se aplica

PÁGINA: 127 de 164

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Cons	elho de Administr	ação
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3.00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	31.536,00	2.424,00	1.100,00	43.344,00	3.636,00	1.100,00
Valor da menor remuneraçãoReal	31.536,00	2.424,00	1.100,00	43.344,00	3.636,00	1.100,00
Valor médio da remuneraçãoReal	31.536,00	2.424,00	1.100,00	43.344,00	3.636,00	1.100,00

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária	
Observação	Esclarecimento

Conselho de Administração		
Observação	Esclarecimento	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há apólices de seguro contratadas que estruturem instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

PÁGINA: 129 de 164

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não se aplica.

PÁGINA: 130 de 164

8.18 Remuneração - Outras funções

Não se aplica

PÁGINA: 131 de 164

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não se aplica

PÁGINA: 132 de 164

8.20 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

PÁGINA: 133 de 164

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

004472					
Razão Social		CPF/CNPJ			
	Juridica	79.370.466/0001-39			
0	Data de início d	a prestação de serviço			
23/02/2004		23/02/2004			
dos					
strações financeiras					
io dos auditores independente	es, segregada po	r serviços, no último			
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DEMONSTRAÇÕES TRIMESTRAIS DO EXERCICIO DE 2011 - R\$ 47.027,59					
RODÍZIO CONFORME INSTRUÇÃO CVM 308/99					
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa					
Não se aplica					
	23/02/2004 dos strações financeiras ão dos auditores independente RNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINAN ESTRAIS DO EXERCICIO DE 2011 D CVM 308/99	Tipo Auditor Juridica Data de início d 23/02/2004 dos strações financeiras ão dos auditores independentes, segregada po RNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRA ESTRAIS DO EXERCICIO DE 2011 - R\$ 47.027,59 D CVM 308/99			

••••••

Código CVM do Auditor	006823				
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ		
BWEL AUDITORES INDEPENSIMPLES	IDENTES SOCIEDADE	Juridica	67.634.717/0001-66		
Data de contratação do serviç	0	Data de início d	a prestação de serviço		
	01/04/2012		01/04/2012		
Descrição dos serviços presta	dos				
Serviços de auditoria das demons	strações financeiras				
Montante total da remuneraçã exercício social	io dos auditores independente	es, segregada po	r serviços, no último		
A remuneração dos serviços de a anualmente pelo IGPM.	A remuneração dos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 4.561,98 mensais. O contrato é reajustado anualmente pelo IGPM.				
Justificativa da substituição					
Não se aplica					
Razão apresentada pelo audit	or em caso da discordância da	justificativa			
Não se aplica					

......

Código CVM do Auditor	011878		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ

RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica 16.549.480/0001-84					
Data de contratação do serviço	Data de início d	a prestação de serviço				
01/01/2017		01/01/2017				
Descrição dos serviços prestados						
Serviços de auditoria das demonstrações financeiras						
Montante total da remuneração dos auditores independente exercício social	es, segregada po	r serviços, no último				
Serviços de auditoria externa nas Demonstrações Financeiras enco Demonstrações Trimestrais do exercício de 2019 - R\$ 112.000,00		dezembro de 2019 e				
Justificativa da substituição						
RODÍZIO CONFORME INSTRUÇÃO CVM 308/99						
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa						
Não se aplica						
indo se aplica						

Código CVM do Auditor	004472					
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ			
Martinelli Auditores		Juridica	79.370.466/0001-39			
Data de contratação do serviç	0	Data de início d	a prestação de serviço			
	01/01/2020		01/01/2020			
Descrição dos serviços presta	dos					
Serviços de auditoria das demons	strações financeiras					
Montante total da remuneraçã exercício social	io dos auditores independente	es, segregada po	r serviços, no último			
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTER \$ 10.000,00	NA NA DEMONSTRAÇÃO TRIMES	FRAL ENCERRADA	EM 31 DE MARÇO DE 2020 - R			
Justificativa da substituição						
Mudança devido a circunstâncias	comerciais					
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa						
Não se aplica						

Código CVM do Auditor	010855		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BLB - AUDITORES INDEPEN	IDENTES	Juridica	06.096.033/0001-63
Data de contratação do serviç	ço	Data de início da	a prestação de serviço
	23/09/2020		23/09/2020
Descrição dos serviços presta	dos		

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAL E TRIMESTRAIS DO ANO DE 2020 - R\$ 100.000,00

Justificativa da substituição

PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIÇO POR PARTE DOS AUDITORES

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não se aplica

.....

Código CVM do Auditor	011428						
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ				
MÜLLER & PREI AUDITORES	S INDEPENDENTES S/S	Juridica	12.018.605/0001-99				
Data de contratação do serviç	0	Data de início da	a prestação de serviço				
	15/09/2021		15/09/2021				
Descrição dos serviços presta	dos						
Serviços de auditoria externa nas	demonstrações financeiras anua	l e trimestral.					
Montante total da remuneraçã exercício social	ão dos auditores independente	es, segregada po	r serviços, no último				
Exercício de 2022 no valor de R\$	147.704,40						
Justificativa da substituição							
Não se aplica							
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa							
Não se aplica							

PÁGINA: 136 de 164

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Inepar Equipamentos e Montagens S.A. conduz seus negócios de forma alinhada às boas práticas de governança, onde envolve profissionais de todas as áreas, no trabalho de diagnósticos de riscos e controles internos. A Inepar Equipamentos e Montagens S.A. é estruturada pelo Conselho de Administração, constituído de até 9 (nove) membros eleitos em Assembleia Geral, para mandatos de 3 (anos), com possibilidade de reeleição. Suas atribuições incluem a definição das estratégias da Companhia, a escolha dos diretores executivos e o monitoramento de seu desempenho. Os atuais membros da Diretoria foram eleitos em 27 de janeiro de 2022, com vencimento do mandato na AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31/12/2023.

Os resultados da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. foram auditados, pela Muller & Prei Auditores Independentes – Sociedade Simples. Para eliminar o risco de conflito de interesses, a Inepar Equipamentos mantém uma política onde o auditor não pode avaliar seu próprio trabalho. Portanto no exercício de 2023 o auditor externo não prestou nenhum outro tipo de serviço.

PÁGINA: 137 de 164

9.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

PÁGINA: 138 de 164

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	1	0	0	0
Não-liderança	0	5	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	1	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	5	0	0	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	1	0
Não-liderança	0	5	0
TOTAL = 6	0	6	0

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	1	0	0
Não-liderança	0	0	0	5	0	0
TOTAL = 6	0	0	0	6	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	6	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0	0	0

PÁGINA: 139 de 164

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	6	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	6	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 6	0	6	0

PÁGINA: 140 de 164

10.1 Descrição dos recursos humanos

Não se aplica.

PÁGINA: 141 de 164

10.2 Alterações relevantes

Alterações relevantes no quadro de pessoal

Não se aplica.

PÁGINA: 142 de 164

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Políticas de remuneração

Coligada: IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

a. Política de salários e remuneração variável

O princípio da política salarial da empresa é manter uma prática coerente com o mercado externo e justa com o mercado interno, remunerando cada trabalhador de forma a propiciar o seu crescimento profissional, bem como possibilitar à empresa ser competitiva na busca de profissionais capacitados para desenvolvimento das atividades inerentes à função que cada um desempenha.

Programa de Participação nos Lucros e Resultados

Desde 2.004 a empresa possui um programa de participação nos lucros e resultados, devidamente homologado junto ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Araraquara.

O programa é baseado no princípio de equidade para a distribuição entre os empregados, partindo da premissa de que nos contratos de trabalho já estão estabelecidas as diferenças funcionais e de ganhos salariais correspondente e, por sua vez, no tocante à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados, o prêmio pelo esforço comum e conjunto dos empregados independentemente de escala ou hierarquia na Empresa será distribuído em valor igual para todos os funcionários.

O único redutor do prêmio individual está vinculado ao absenteísmo, de acordo com regras consensadas com a entidade sindical. Outro ponto de destaque no acordo da empresa é que havendo redução do prêmio individual do empregado, a diferença volta para o montante a ser distribuído e automaticamente aumenta o valor individual dos demais.

Bônus

Além do programa de Participação nos Lucros e Resultados, estendido à todos os empregados, alguns níveis hierárquicos da empresa são elegíveis também ao Programa de Bônus, que é baseado em fatores e pontos, conforme realizações efetivas comparadas com o "Budget" e também com metas individuais, estabelecidas no início de cada exercício. O valor do bônus é determinado em função do total de pontos obtidos por cada participante.

b. Política de benefícios

Todos os colaboradores possuem acesso aos seguintes benefícios:

 Assistência médica: desde 1993 todos os colaboradores são elegíveis ao plano de saúde, a inclusão no plano é opcional e extensiva aos familiares.

PÁGINA: 143 de 164

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Consultório médico nas instalações da empresa, e diariamente 2 médicos estão disponíveis para o atendimento de nossos colaboradores, além de 4 técnicos de enfermagem, 1 fisioterapeuta e 1 enfermeira do trabalho, o ambulatório funciona 24 horas por dia de segunda a sábado.
- Seguro de vida: todos os funcionários são elegíveis ao benefício, o plano não é opcional.
- Atendimento psicológico / assistencial: A área de serviço social conta com 2 profissionais disponíveis para atendimentos.
- Subsídio para a formação educacional: Com o programa Quero-Quero Aprender, os colaboradores podem receber uma bolsa de estudos para a conquista da primeira graduação ou pós graduação. O colaborador deve estar vinculado à empresa há 1 ano e as bolsas variam de acordo com as faixas salariais (inversamente proporcionais). O subsídio varia de 20 a 30%.
- O compromisso da empresa com a educação se estende aos filhos dos colaboradores, ou seja, é uma forma de abranger a comunidade, contribuindo para a diminuição do problema da educação no país. Com o programa, os filhos dos colaboradores podem receber bolsa de estudos desde a pré-escola até a universidade (inclusive pré-vestibular), tendo como requisitos a aprovação do aluno e o vínculo de um ano do colaborador na empresa, assim como critérios de idade dos dependentes. As bolsas variam de acordo com as faixas salariais (inversamente proporcionais) e tempo de empresa (diretamente proporcionais).

c. Planos de remuneração baseados em ações dos empregados nãoadministradores

A empresa não possui nenhum programa baseado em distribuição de ações aos empregados.

PÁGINA: 144 de 164

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento não preenchido.

PÁGINA: 145 de 164

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Relação entre emissor e sindicatos

Sindicatos

Os acordos com os Sindicatos são efetuados pelas coligadas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e lesa Óleo & Gás S/A.

As obras da empresa geralmente são vinculadas ao Sindicato da Construção Civil de cada localidade e a planta industrial de Araraquara ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Em ambos os casos, a empresa possui um bom relacionamento com essas entidades.

Tanto as obras como a planta industrial seguem a Convenção Coletiva a que estão vinculadas. Essas convenções estabelecem além do reajuste salarial coletivo, também algumas garantias sociais na relação capital-trabalho. Toda sua negociação é feita de foram coletivas entre os sindicatos dos empregados e o sindicato patronal, que no caso da planta de Araraquara é a o Sindimag/SP.

Além da convenção coletiva, a planta de Araraquara também celebra anualmente um Acordo Coletivo de Trabalho diretamente com o sindicato local, estabelecendo algumas regras específicas para a empresa, principalmente com relação às jornadas de trabalho praticadas na unidade.

PÁGINA: 146 de 164

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, seguindo, entretanto, as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. As operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

PÁGINA: 147 de 164

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/01/2011	25.000.000,00	13.817.387,86	0	Intederminado	0,000000
Relação com o emissor	Ligada					
Objeto contrato	Contrato de abertura de crédit					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados	
Inepar S.A indústria e Construções	01/01/2009	100.000.000,00	252.837.739,51	0	Indeterminado	0,000000	
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Contrato de a	Contrato de abertura de crédit					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Não se aplica.

PÁGINA: 150 de 164

11.3 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

PÁGINA: 151 de 164

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado				
Data da autorização ou ap	rovação	Prazo de integralização	Valor do capital		
31/08/2004			191.422.963,24		
Quantidade de ações ordi	nárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações		
246.385.991		66.034.745	312.420.736		
			•		

PÁGINA: 152 de 164

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica.

PÁGINA: 153 de 164

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 154 de 164

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 155 de 164

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações da companhia são negociadas na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO.

PÁGINA: 156 de 164

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 157 de 164

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

PÁGINA: 158 de 164

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

NÃO HOUVE

PÁGINA: 159 de 164

12.9 Outras informações relevantes

Não se aplica

PÁGINA: 160 de 164

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	
Vago	Diretor Presidente	
Manacesar Lopes dos Santos	Diretor de Relações com Investidores	

13.1 Declaração do diretor presidente

Diretor Presidente - Vago

PÁGINA: 162 de 164

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaramos que revisamos o formulário de Referência, que todas as informações contidas nesse formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Manacesar Lopes dos Santos Diretor de Relação com Investidores

PÁGINA: 163 de 164

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.